



Carta de Aracaju

Prefeitas e prefeitos reunidos na 81ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) debateram os principais temas que desafiam os municípios brasileiros neste momento em que os efeitos da pandemia ainda causam graves impactos na gestão das políticas e serviços públicos essenciais.

Os governantes locais alertam o País e externam grave preocupação com a descontinuidade do serviço do transporte público urbano decorrente do subfinanciamento do sistema causado, especialmente, pelo aumento de 60% do diesel em 2021, queda no número de usuários e desequilíbrio financeiro dos atuais contratos. Para evitar o iminente colapso e a desassistência da população é premente que seja estabelecida uma articulação federativa capaz de construir alternativas emergenciais e estruturantes para o setor.

Nesse sentido, como medida para ajudar a enfrentar esse cenário, a Frente Nacional de Prefeitos, além de defender a desoneração dos impostos no preço diesel, protocolou no ministério da Economia proposta para financiar a gratuidade dos idosos, durante reunião realizada com o ministro Paulo Guedes, dia 21 de julho.

Prefeitos e prefeitas também destacam importantes projetos que impactam o financiamento das cidades e a vida das pessoas em tramitação no Congresso Nacional.

Reivindicam a aprovação urgente da PEC 13/2021, nos termos do texto aprovado no Senado Federal, para permitir que os recursos eventualmente não aplicados em 2020 e 2021 no financiamento do ensino, em virtude da pandemia, possam ser investidos até 2023. A medida garante a aplicação de R\$ 15 bilhões na Educação.

Também se faz urgente a aprovação da PEC 122/2015, que proíbe a instituição de novos encargos sem indicação dos recursos para custeá-los.

Historicamente, prefeitas e prefeitos reconhecem e atuam para a valorização e a justa remuneração dos profissionais de saúde e educação, um desafio federativo que deve ser assumido e compartilhado entre os entes.

Assim, caso a União não aporte recursos específicos e suficientes para o pagamento do reajuste do piso do magistério em vigor, os governantes locais defendem a aprovação do PL 3776/2008 para estabelecer o INPC como novo índice de reajuste do piso.

Na mesma direção, apoiam a instituição do piso de enfermagem, previsto no PL 2564/2020, desde que sejam indicados os recursos federais necessários para custear o impacto da medida, estimado em R\$ 12,6 bilhões.

Aracaju, 26 de novembro de 2021.